

A VOZ DO TRADUTOR NA TRADUÇÃO DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO

UM ESTUDO DE TRADUÇÃO BASEADO EM CORPUS



Luciane Reiter Fröhlich
Doutoranda em Estudos da Tradução
Orientador: Prof. Dr. Marco Rocha
TraCor/PGET/UFSC

luciane@i-trad.com

Proposta sumarizada do trabalho



- Trabalhar com corpus paralelo português-alemão
- Área forense: Código Civil Brasileiro (CCB) x Bürgerliches Gesetzbuch (BGB)
- Investigar o contexto da tradução (público alvo / uso legal)
- Identificar a voz do Tradutor: Uso de recursos textuais e paratextuais
- Fazer um levantamento de padrões linguísticos
- Levantamento de possíveis correspondências linguísticas
- Contribuir com a área de estudos que está em franca expansão
- Facilitar o dialogo com outras investigações linguísticas semelhantes disponibilizando abertamente os resultados obtidos a pesquisadores e tradutores.

Alinhamento teórico

A pesquisa está inserida na interface entre os Estudos da Tradução e a Linguística Forense, com base no estudo de corpus paralelo.

Sua configuração teórico-metodológica afilia-se a duas das doze áreas de pesquisa em tradução apontadas por Williams e Chesterman (2002, p. 6-27), quais sejam: (i) análise e tradução, com concentração no eixo de comparação de traduções com o texto de partida, e (ii) gêneros da tradução, focando textos da área forense.

Esteio forense: Malcom Coulthard (“pai” da linguística forense, fundador do Centro de Linguística Forense CFL/Aston University), Gibbons (3 áreas de atuação da LF), Miriam dos Santos (norma jurídica), Duarte Quaresma (verbos do domínio jurídico/ proposta de organização ontológica, Processamento de Linguagem Natural/PLN)

Contexto Investigativo



- Área forense
- Código Civil Brasileiro (CCB) x Código Civil Alemão (BGB)
- Similaridades (forma e conteúdo)
- Voz do Tradutor
- Padrões linguísticos

Contexto Investigativo

Área Forense



A linguística forense pode ser definida como uma interface entre a linguagem e a lei. Duas de suas características definidoras são: i) é uma disciplina multifacetada e ii) seu estudo revela uma natureza complexa, que inclui uma variedade de áreas de pesquisa que estão relacionadas com a língua administrativa, legal e jurídica.

Neste sentido, segundo Gibbons 1994, existem três grandes áreas de atuação da linguística forense:

1. **A linguagem da lei**: é a linguagem dos textos legais, ou seja, a linguagem com que são escritas as leis e suas formas de interpretação;
2. **A linguagem dos processos legais**: é a linguagem como instrumento para a argumentação legal tanto nas exposições orais, como na elaboração de sentenças;
3. **Evidências linguísticas nos processos legais**: o uso, a validade e a confiabilidade de evidências linguísticas em processos judiciais, ou seja, a análise de material linguístico em diferentes níveis (fonológico-fonético, morfosintático, lexico-semântico, pragmático-discursivo) e seu valor probatório no desenvolvimento dos processos.

Contexto Investigativo

O Código Civil Brasileiro

O atual código civil substituiu o primeiro Código Civil Brasileiro, Lei Nr. 3.071 de 1. de janeiro de 1916, que entrou em vigor em 1917, após 15 anos de discussão no Congresso brasileiro.

O autor desse projeto, apresentado em 1901, foi Clóvis Beviláqua, que fora fortemente influenciado pelo código civil alemão (BGB) de 1900. O projeto foi duramente criticado pelos juristas da época, como Rui Barbosa (com sua Réplica), sofrendo alterações até sua aprovação em 1916.

Após diversas tentativas de elaboração de novos códigos, uma comissão liderada por Miguel Reale, formada em 1969 durante a ditadura, publica em 1973 o Anteprojeto de Código Civil, fortemente influenciado pelo CC italiano. Ele é transformado no projeto de Lei Nr. 634, de 1975 e somente em 2002, no governo de Fernando Henrique, o Congresso retoma o seu exame e o aprova.

Contexto Investigativo Corpus



Corpus paralelo formado de porções linguísticas da terminologia forense, extraídas da tradução de partes do Código Civil Brasileiro para a língua alemã

- Disponível digitalmente (pdf) no portal advocatício *Advokaturbüro Wolf*, Suíça
- 2.046 artigos, divididos em 7 partes (no portal Wolf), 5 traduzidos, sendo 1 ainda indisponível

Configuração metodológica

LC



Corpus paralelo:

- * Código Civil Brasileiro (CCB)
- * Brasilianisches Zivilgesetzbuch (Tradução para o alemão)

I Análise do corpus;

II Seleção e organização do material;

III Alinhamento;

IV Processamento com uso das ferramentas do programa WordSmith.

V Apresentação dos resultados

Contexto Investigativo

Estrutura do Código Civil Brasileiro

A nova codificação tem 2.046 artigos organizados da seguinte maneira:

- Parte geral
 - I Das pessoas
 - II Dos bens
 - III Dos fatos jurídicos
- Parte Especial
 - I Do direito das obrigações
 - II Do direito de empresa
 - III Do direito das coisas
 - IV Do direito de família
 - V Do direito das sucessões
- Parte final ou Das disposições finais e Transitórias

Voz do Tradutor

Padrões e correspondências linguísticas

CORPUS FONTE (PORTUGUÊS)	CORPUS ALVO (ALEMÃO)
<p>Parte Geral Livro I: <u>Das</u> Pessoas</p> <p>Art. 8. Se dois ou mais <u>indivíduos falecerem</u> na mesma ocasião [...]</p> <p>Livro III, cap. IV, seção I: Do Erro ou Ignorância</p>	<p>Allgemeiner Teil I. Buch: <u>Über</u> die Personen (über + Akk x von x Ø como no BGB, Bürgerliches Gesetzbuch)</p> <p>Art. 8 Falls zwei oder mehr <u>Personen</u> bei der selben Gelegenheit <u>ableben</u> [...] (Personen x Individuum / ableben x sterben)</p> <p>Buch III, Kapitel IV, 1. Abschnitt: <u>Über Irrtum und Ungewissenheit</u> (Unkenntnis) Ø artigo (der Irrtum), uso de explicação (Ungewissenheit = insegurança, incerteza) => e Ignoranz (Unwissenheit)</p>

Considerações finais



- A voz do tradutor interfere na apresentação e conteúdo do texto traduzido (escolha lexical);
- Há padrões linguísticos pré-determinados que sofrem pouca interferência (organização paragrafal)
- O gênero (linguagem forense) controla as escolhas do registro textual, que por sua vez controla as escolhas da linguagem a ser utilizada
- Há necessidade de posterior análise paralela comparável (*Bürgerliches Gesetzbuch* x *Schweizerisches Zivilgesetzbuch*)

Bibliografia



BAKER, Mona (2004): A corpus-based view of similarity and difference in translation. In: International Journal of Corpus Linguistics 9:2. John Benjamins Publishing Company. P. 167-193. ISSN: 1384-6655/E-ISSN: 1569-9811.

BEVILÁQUA, Clóvis, Código Civil dos Estados Unidos do Brazil Commentado, vol. I, Rio: Livraria Francisco Alves, 1916.

COULTHARD, Malcom. Some forensic applications of descriptive linguistics. Revista de Estudos Linguísticos - Veredas. Linguagens e Direito. Universidade Federal de Juiz de Fora. V. 9, n. 1 e 2, jan/dez 2005. Juiz de Fora UFIF. Pg. 09-28. ISSN 1415-2533.

Fleuri, Lilian; Vasconcellos, Maria Lúcia e Pagano, Adriana. A Representação do Participante “Tradutor/Translator” em Translators Through History e Os Tradutores na História. Cadernos de Tradução, ISSN 2175-7968, Florianópolis, Brasil.

GIBBONS, J. Language and the Law. Londres: Longman, 1994.

SARDINHA, Tony Berber (2004): Linguística de corpus. Barueri, SP: Manole.

VARELA, Paulo Jr. O uso de atributos estilométricos na identificação da autoria de textos. Diss. PUC. 2010.

WILLIAMS, Jenny; CHESTERMAN, Andrew. The Map. Manchester, New York: St. Jerome Publishing, 2002.

Bibliografia



Urls

Advokaturbüro Wölf: <http://www.law-wolf.ch/gesetze-de.php>

Código civil: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm

BGB (Alemanha): <http://www.gesetze-im-internet.de/bgb/index.html>

CFL: http://www.forensiclinguistics.net/cfl_resources.html

Agradecimentos



- Ao Escritório de Advocacia Wolf/Suíça, dirigido por Burkard J., que gentilmente me colocou à disposição as traduções para que eu pudesse montar meu corpus de pesquisa.
=>As traduções do Código Civil podem ser acessadas no portal:
<http://www.law-wolf.ch/gesetze-pt.php>
- Ao Grupo de Pesquisa TraCor pelas inúmeras discussões teóricas e apoio intelectual.
- À PRPG/UFSC e à Secretaria do Programa de Pós-Graduação PGET pelo apoio financeiro.

Agradecimentos



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

PGET
UFSC

projeto
TraCor
Tradução & Corpora

Código Civil Brasileiro (CCB) Brasilianisches Zivilgesetzbuch ZZB



Código Civil do Brasil (Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002) Parte Geral, arts. 1/232

Brasilianisches Zivilgesetzbuch (Gesetz Nr. 10'406, vom 10. Januar 2002) Allgemeiner Teil, Art. 1-232

Este texto e a sua tradução foram publicados pelo Escritório de Advocacia Wolf, Zurique, na Suíça (www.law-wolf.ch) sem nenhuma garantia.

Das Advokaturbüro Wolf, Zürich, Schweiz, (www.law-wolf.ch) publiziert diesen Text samt Übersetzung ohne Gewährleistung.

Im deutschen Text sind gelegentlich erläuternde Hinweise zu verschiedenen Sinngehalten brasilianischer Worte (*kursiv und runde Klammer*), zu abweichender Terminologie in Deutschland und der Schweiz [normale Schrift und eckige Klammer] oder andere Hinweise als Fussnote angebracht worden. Weiter wurden hinter der Artikelnummer im brasilianischen Text **rot** Querverweise auf vergleichbare Bestimmungen im alten Código Civil und hinter der Artikelnummer im deutschen Text in **blau** ein Verweis auf schweizerische Gesetzesnormen eingefügt, die entsprechende Fragen gleich oder abweichend regeln.

ÍNDICE

PARTE GERAL

Livro I: Das Pessoas

Título I: Das Pessoas Naturais

Capítulo I: Da Personalidade e da Capacidade	arts. 1 ^o /10
Capítulo II: Dos Direitos da Personalidade	arts. 11/21
Capítulo III: Da Ausência	arts. 22/39
Seção I: Da Curadoria dos Bens do Ausente	arts. 22/25
Seção II: Da Sucessão Provisória	arts. 26/36
Seção III: Da Sucessão Definitiva	arts. 37/39

Título II: Das Pessoas Jurídicas

Capítulo I: Disposições Gerais	arts. 40/52
Capítulo II: Das Associações	arts. 53/61
Capítulo III: Das Fundações	arts. 62/69

Título III: Do Domicílio	arts. 70/78
---------------------------------	-------------

Livro II: Dos Bens

Título Único: Das Diferentes Classes de Bens

Capítulo I: Dos Bens Considerados em Si Mesmos	arts. 79/91
Seção I: Dos Bens Imóveis	arts. 79/81
Seção II: Dos Bens Móveis	arts. 82/84
Seção III: Dos Bens Fungíveis e Consumíveis	arts. 85/86
Seção IV: Dos Bens Divisíveis	arts. 87/88
Seção V: Dos Bens Singulares e Coletivos	arts. 89/91
Capítulo II: Dos Bens Reciprocamente Considerados	arts. 92/97
Capítulo III: Dos Bens Públicos	arts. 98/103

INHALTSVERZEICHNIS

ALLGEMEINER TEIL

I. Buch: Über die Personen

I. Titel: Über die natürlichen Personen

1. Kapitel: Über Persönlichkeit, Rechts- und Geschäftsfähigkeit [Handlungsf.]	Art. 1-10
2. Kapitel: Über die Persönlichkeitsrechte	Art. 11-21
3. Kapitel: Über die Abwesenheit [Verschollenheit]	Art. 22-39
1. Abschnitt: Über die Pflegschaft der Güter des Abwesenden	Art. 22-25
2. Abschnitt: Über die vorläufige Erbfolge	Art. 26-36
3. Abschnitt: Über die definitive Erbfolge	Art. 37-39

II. Titel: Über die juristischen Personen

1. Kapitel: Allgemeine Bestimmungen	Art. 40-52
2. Kapitel: Über die Vereine	Art. 53-61
3. Kapitel: Über die Stiftungen	Art. 63-69

III. Titel: Über den Wohnsitz	Art. 70-78
--------------------------------------	------------

II. Buch: Über die Sachen

Einziger Titel: Die verschiedenen Klassen von Sachen

1. Kapitel: Über die Sachen an sich	Art. 79-91
1. Abschnitt: Über die Immobilien	Art. 79-81
2. Abschnitt: Über die Mobilien	Art. 82-84
3. Abschnitt: Über die vertretbaren und verbrauchbaren Sachen	Art. 85-86
4. Abschnitt: Über die teilbaren Sachen	Art. 87-88
5. Abschnitt: Über die Einzel- und Gesamtsachen	Art. 89-91
2. Kapitel: Über die Sachen im gegenseitige Verhältnis	Art. 92-97
3. Kapitel: Über die öffentlichen Sachen	Art. 98-103

Livro III: Dos Fatos Jurídicos**Título I: Do Negócio Jurídico**

Capítulo I: Disposições Gerais	arts. 104/114
Capítulo II: Da Representação	arts. 115/120
Capítulo II: Da Condição, do Termo e do Encargo	arts. 121/137
Capítulo IV: Dos Defeitos do Negócio Jurídico	arts. 138/165
Seção I: Do Erro ou Ignorância	arts. 138/144
Seção II: Do Dolo	arts. 145/150
Seção III: Da Coação	arts. 151/155
Seção IV: Do Estado de Perigo	art. 156
Seção V: Da Lesão	art. 157
Seção VI: Da Fraude Contra Credores	arts. 158/165
Capítulo V: Da Invalidez do Negócio Jurídico	arts. 166/184

Título II: Dos Atos Jurídicos Lícitos	art. 185
--	----------

Título III: Dos Atos Ilícitos	arts. 186/188
--------------------------------------	---------------

Título IV: Da Prescrição e da Decadência

Capítulo I: Da Prescrição	arts. 189-211
Seção I: Disposições Gerais	arts. 189/196
Seção II: Das Causas que Impedem ou Suspendem a Prescrição	arts. 197/201
Seção III: Das Causas que Interrompem a Prescrição	arts. 202/204
Seção IV: Dos Prazos da Prescrição	arts. 205/206
Capítulo II: Da Decadência	arts. 207/211

Título V: Da Prova	arts. 212/232
---------------------------	---------------

III. Buch: Über die juristischen Tatsachen**I. Titel: Über das Rechtsgeschäft**

I. Kapitel: Allgemeine Bestimmungen	Art. 104-114
II. Kapitel: Über die Stellvertretung	Art. 115-120
III. Kapitel: Über Bedingungen, Fristen und Belastungen	Art. 121-137
IV. Kapitel: Über die Mängel bei Rechtsgeschäften	Art. 138-165
1. Abschnitt: Über Irrtum und Unwissenheit (<i>Unkenntnis</i>)	Art. 138-144
2. Abschnitt: Über die Arglist	Art. 145-150
3. Abschnitt: Über den Zwang [die Nötigung]	Art. 151-155
4. Abschnitt: Über die Notlage (<i>Gefahrensituation</i>)	Art. 156
5. Abschnitt: Über den Wucher [die Übervorteilung]	Art. 157
6. Abschnitt: Über die Gläubigerbenachteiligung	Art. 158-165
V. Kapitel: Über die Ungültigkeit des Rechtsgeschäfts	Art. 166-184

II. Titel: Über die zulässigen Rechtsahndlungen	Art. 185
--	----------

III. Titel: Über die unerlaubten Handlungen	Art. 186-188
--	--------------

IV. Über die Verjährung und den Rechtsuntergang

I. Kapitel: Über die Verjährung	Art. 189-211
1. Abschnitt: Allgemeine Bestimmungen	Art. 189-196
2. Abschnitt: Über die Gründe, die die Verjährung verhindern oder aufschieben	Art. 197-201
3. Abschnitt: Über die Gründe, die die Verjährung unterbrechen	Art. 202-204
4. Abschnitt: Über die Verjährungsfristen	Art. 205-206
II. Kapitel: Über den Rechtsuntergang	Art. 207-211

V. Titel: Über den Beweis	Art. 212-232
----------------------------------	--------------

**Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro
(Decreto-Lei n° 4.657 de 4 de setembro de 1942)**

**Einführungsgesetz zum brasilianischen Zivilgesetzbuch
(Gesetzesdekret Nr. 4'657 vom 4. September 1942)**

Este texto e a sua tradução foram publicada pelo escritório de advocacia Wolf na Suíça (www.law-wolf.ch) sem nenhuma garantia.

Das Advokaturbüro Wolf, Schweiz, (www.law-wolf.ch) publiziert diesen Text samt Übersetzung ohne Gewährleistung.

Startseite

[Gesetze / Verordnungen](#)

Aktualitätendienst

Titelsuche

Volltextsuche

Translations

Hinweise

Impressum

Tastenkombinationen

Verwaltungsvorschriften im Internet

Bürgerliches Gesetzbuchzur Gesamtausgabe der Norm im Format: [HTML](#) [PDF](#) - [Inhaltsübersicht](#)[Buch 1](#)[Allgemeiner Teil](#)[Abschnitt 1](#)[Personen](#)[Titel 1](#)[Natürliche Personen, Verbraucher, Unternehmer](#)- [§ 1 Beginn der Rechtsfähigkeit](#)- [§ 2 Eintritt der Volljährigkeit](#)- [§§ 3 bis 6 \(weggefallen\)](#)- [§ 7 Wohnsitz, Begründung und Aufhebung](#)- [§ 8 Wohnsitz nicht voll Geschäftsfähiger](#)- [§ 9 Wohnsitz eines Soldaten](#)- [§ 10](#)- [§ 11 Wohnsitz des Kindes](#)- [§ 12 Namensrecht](#)- [§ 13 Verbraucher](#)- [§ 14 Unternehmer](#)- [§§ 15 bis 20 \(weggefallen\)](#)[Titel 2](#)[Juristische Personen](#)[Untertitel 1](#)[Vereine](#)[Kapitel 1](#)[Allgemeine Vorschriften](#)- [§ 21 Nichtwirtschaftlicher Verein](#)- [§ 22 Wirtschaftlicher Verein](#)- [§ 23 \(weggefallen\)](#)- [§ 24 Sitz](#)

ÍNDICE**PARTE GERAL****Livro I: Das Pessoas****Título I: Das Pessoas Naturais**

Capítulo I: Da Personalidade e da Capacidade arts. 14/10

Capítulo II: Dos Direitos da Personalidade arts. 11/21

Capítulo III: Da Ausência arts. 22/39

Seção I: Da Curadoria dos Bens do Ausente arts. 22/25

Seção II: Da Sucessão Provisória arts. 26/36

Seção III: Da Sucessão Definitiva arts. 37/39

Título II: Das Pessoas Jurídicas

Capítulo I: Disposições Gerais arts. 40/52

Capítulo II: Das Associações arts. 53/61

Capítulo III: Das Fundações arts. 62/69

Título III: Do Domicílio arts. 70/78**Livro II: Dos Bens****Título Único: Das Diferentes Classes de Bens**

Capítulo I: Dos Bens Considerados em Si Mesmos arts. 79/91

Seção I: Dos Bens Imóveis arts. 79/81

Seção II: Dos Bens Móveis arts. 82/84

Seção III: Dos Bens Fungíveis e Consumíveis arts. 85/86

Seção IV: Dos Bens Divisíveis arts. 87/88

Seção V: Dos Bens Singulares e Coletivos arts. 89/91

Capítulo II: Dos Bens Reciprocamente Considerados arts. 92/97

Capítulo III: Dos Bens Públicos arts. 98/103

INHALTSVERZEICHNIS**ALLGEMEINER TEIL****I. Buch: Über die Personen****I. Titel: Über die natürlichen Personen**

1. Kapitel: Über Persönlichkeit, Rechts- und Geschäftsfähigkeit [Handlungsf.] Art. 1-10

2. Kapitel: Über die Persönlichkeitsrechte Art. 11-21

3. Kapitel: Über die Abwesenheit [Verschollenheit] Art. 22-39

1. Abschnitt: Über die Pflegschaft der Güter des Abwesenden Art. 22-25

2. Abschnitt: Über die vorläufige Erbfolge Art. 26-36

3. Abschnitt: Über die definitive Erbfolge Art. 37-39

II. Titel: Über die juristischen Personen

1. Kapitel: Allgemeine Bestimmungen Art. 40-52

2. Kapitel: Über die Vereine Art. 53-61

3. Kapitel: Über die Stiftungen Art. 63-69

III. Titel: Über den Wohnsitz Art. 70-78**II. Buch: Über die Sachen****Einziges Titel: Die verschiedenen Klassen von Sachen**

1. Kapitel: Über die Sachen an sich Art. 79-91

1. Abschnitt: Über die Immobilien Art. 79-81

2. Abschnitt: Über die Mobilien Art. 82-84

3. Abschnitt: Über die vertretbaren und verbrauchbaren Sachen Art. 85-86

4. Abschnitt: Über die teilbaren Sachen Art. 87-88

5. Abschnitt: Über die Einzel- und Gesamtsachen Art. 89-91

2. Kapitel: Über die Sachen im gegenseitige Verhältnis Art. 92-97

3. Kapitel: Über die öffentlichen Sachen Art. 98-103

- II pelo casamento;
- III pelo exercício de emprego público efetivo;
- IV pela colação de grau em curso de ensino superior;
- V pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.

Art. 6º (Art. 10 aCCB)

A existência da pessoa natural termina com a morte; presume-se esta, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão definitiva.

Art. 7º

Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência:

- I se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida;
- II se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até dois anos após o término da guerra.

Parágrafo único. A declaração da morte presumida, nesses casos, somente poderá ser requerida depois de esgotadas as buscas e averiguações, devendo a sentença fixar a data provável do falecimento.

Art. 8º (Art. 11 aCCB)

Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-ão simultaneamente mortos.

Art. 9º (Art. 12 aCCB)

Serão registrados em registro público:

- I os nascimentos, casamentos e óbitos;
- II a emancipação por outorga dos pais ou por sentença do juiz;
- III a interdição por incapacidade absoluta ou relativa;
- IV a sentença declaratória de ausência e de morte presumida.

Art. 10 (Art. 12 aCCB)

Far-se-á averbação em registro público:

- I das sentenças que decretarem a nulidade ou anulação do casamento, o divórcio, a separação judicial e o restabelecimento da sociedade conjugal;

mingung bedarf oder nach Anhörung des Vormundes durch ergangenes richterliches Urteil, sofern der Minderjährige das sechzehnte Lebensjahr vollendet hat;

- II. durch Eheschliessung
- III. durch Ausübung eines richtigen öffentlichen Amtes;
- IV. durch Verleihung eines Grades im Verlauf einer höheren Ausbildung;
- V. durch bürgerliche oder geschäftliche Niederlassung oder durch den Bestand von Arbeitsverhältnissen, sofern der Minderjährige über sechzehn Jahren auf Grund dieser wirtschaftlich selbständig ist.

Art. 6 (Art. 31, 38 Abs. 1 ZGB)

Die Existenz der natürlichen Person endet mit ihrem Tod, der bei Vermissten in den Fällen vermutet wird, in welchen das Gesetz die Eröffnung der definitiven Erbfolge erlaubt.

Art. 7 (Art. 34, 35 Abs. 1 ZGB)

Der vermutete Tod kann ohne Verschollenheitserklärung verkündet werden:

- I. falls der Tod einer Person, die sich in Lebensgefahr befand, höchstwahrscheinlich ist;
- II. falls jemand, der in Kampfhandlungen verschwunden oder gefangen genommen worden ist, nicht innert drei Jahren nach Beendigung des Krieges vorgefunden wurde.

Einziger Paragraph: Die Erklärung des mutmasslichen Todes kann in diesen Fällen nur beantragt werden, nachdem sich Suche und Nachforschungen erschöpft haben. Im Urteil ist das Datum des mutmasslichen Todes festzustellen.

Art. 8 (Art. 32 ZGB)

Falls zwei oder mehr Personen bei der selben Gelegenheit ableben und nicht festgestellt werden kann, dass einer der Mitversterbenden vor den anderen dahingeschieden ist, wird vermutet, dass sie gleichzeitig verstorben sind.

Art. 9 (Art. 39 ZGB)

Im öffentlichen Register werden eingetragen:

- I. die Geburten, Eheschliessungen und Todesfälle;
- II. die Erteilung der Handlungsfähigkeit durch die Eltern oder Gerichtsurteil;
- III. die Entmündigung wegen teilweiser oder vollständiger Handlungsfähigkeit;
- IV. das Feststellungsurteil betreffend Verschollenheit oder vermutetem Tod.

Art. 10 (Art. 39 ZGB)

Im öffentlichen Register werden angemerkt:

- I. Urteile, welche die Nichtigkeit oder Aufhebung der Ehe, die Scheidung, die gerichtliche Trennung oder die Wiederbegründung der ehelichen Gemeinschaft verfügen;

Livro III: Dos Fatos Jurídicos**Título I: Do Negócio Jurídico**

Capítulo I: Disposições Gerais

Capítulo II: Da Representação

Capítulo III: Da Condição, do Termo e do Encargo

Capítulo IV: Dos Defeitos do Negócio Jurídico

Seção I: Do Erro ou Ignorância

Seção II: Do Dolo

Seção III: Da Coação

Seção IV: Do Estado de Perigo

Seção V: Da Lesão

Seção VI: Da Fraude Contra Credores

Capítulo V: Da Invalidez do Negócio Jurídico

arts. 104/114

arts. 115/120

arts. 121/137

arts. 138/165

arts. 138/144

arts. 145/150

arts. 151/155

art. 156

art. 157

arts. 158/165

arts. 166/184

Título II: Dos Atos Jurídicos Lícitos

art. 185

Título III: Dos Atos Ilícitos

arts. 186/188

Título IV: Da Prescrição e da Decadência

Capítulo I: Da Prescrição

Seção I: Disposições Gerais

Seção II: Das Causas que Impedem ou Suspendem a Prescrição

Seção III: Das Causas que Interrompem a Prescrição

Seção IV: Dos Prazos da Prescrição

Capítulo II: Da Decadência

arts. 189-211

arts. 189/196

arts. 197/201

arts. 202/204

arts. 205/206

arts. 207/211

Título V: Da Prova

arts. 212/232

III. Buch: Über die juristischen Tatsachen**I. Titel: Über das Rechtsgeschäft**

1. Kapitel: Allgemeine Bestimmungen

II. Kapitel: Über die Stellvertretung

III. Kapitel: Über Bedingungen, Fristen und Belastungen

IV. Kapitel: Über die Mängel bei Rechtsgeschäften

1. Abschnitt: Über Irrtum und Unwissenheit (*Unkenntnis*)

2. Abschnitt: Über die Arglist

3. Abschnitt: Über den Zwang [die Nötigung]

4. Abschnitt: Über die Notlage (*Gefährdungssituation*)

5. Abschnitt: Über den Wucher [die Übervorteilung]

6. Abschnitt: Über die Gläubigerbenachteiligung

V. Kapitel: Über die Ungültigkeit des Rechtsgeschäfts

Art. 104-114

Art. 115-120

Art. 121-137

Art. 138-165

Art. 138-144

Art. 145-150

Art. 151-155

Art. 156

Art. 157

Art. 158-165

Art. 166-184

II. Titel: Über die zulässigen Rechtsahlungen

Art. 185

III. Titel: Über die unerlaubten Handlungen

Art. 186-188

IV. Über die Verjährung und den Rechtsuntergang

1. Kapitel: Über die Verjährung

1. Abschnitt: Allgemeine Bestimmungen

2. Abschnitt: Über die Gründe, die die Verjährung verhindern oder aufschieben

3. Abschnitt: Über die Gründe, die die Verjährung unterbrechen

4. Abschnitt: Über die Verjährungsfristen

II. Kapitel: Über den Rechtsuntergang

Art. 189-211

Art. 189-196

Art. 197-201

Art. 202-204

Art. 205-206

Art. 207-211

V. Titel: Über den Beweis

Art. 212-232